

SESSÕES DO PLENÁRIO

73ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 23 de agosto de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO LUCIANO RIBEIRO (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Bruno Reis, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, José de Arimatéia, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(55)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):-Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Roberto Carlos comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 01, 02 e 08/08/2016.

Do Deputado Alex da Piatã comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 01, 02 e 03/08/2016.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Pequeno Expediente.(**Oradores Inscritos**).

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Com a palavra o primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Zó, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, colegas deputadas, colegas deputados, é com muita satisfação que venho a esta tribuna. Vejo alguns amigos nas galerias: a turma do semiárido, que é acostumada na dureza, na dificuldade. Mas o sertanejo é antes de tudo um forte e aqui está a cara da resistência do povo brasileiro, do povo nordestino.

Quero mandar um abraço muito especial em nome de todos para Moacir e dizer que este projeto que vai à pauta hoje é importante para quem conhece o semiárido, para quem convive naquela região, para quem sabe dos avanços que ela teve pelas políticas instituídas através de entidades não-governamentais e de governos também, como o de Lula, de Dilma, de Wagner, de Rui e governos municipais que se aliaram a ele, como o governo de Juazeiro, do PC do B, o governo de Isaac Carvalho e dos partidos aliados.

Então, para a gente é uma satisfação hoje poder instituir isso como política pública, porque acabava sendo uma política muito da nossa pressão, da pressão daquele povo, da pressão daquelas comunidades. Mas instituída como política pública tem uma importância enorme, porque, definitivamente, a gente reconhece o semiárido, que tem 2/3 do território baiano. Todas as regiões são importantes, mas o semiárido na Bahia tem 2/3 do território do estado baiano.

Então, queria colocar isso e dizer da nossa satisfação. E sei da satisfação maior ainda de quem milita diretamente com essa luta. Eu conheço, sei dos resultados dessa política, sei de como é muito mais fácil conviver no semiárido hoje, onde há essa política implantada: política de cisterna, de barragem subterrânea, de quintais produtivos, de uma série de políticas que são implementadas e que viraram febre no semiárido brasileiro e que foram implementadas na Bahia principalmente através de entidades como o IPA, ASA e uma série de entidades que faz com que o sertanejo hoje tenha uma condição de vida mais digna.

O deputado Adolfo Viana está aqui, é de Casa Nova e sabe disso também. A deputada Fátima Nunes tem sido uma lutadora nessa área. Queria dizer a vocês que já há um acordo entre as bancadas nessa linha: a Bancada de Oposição e a Bancada de Situação, que reconhecem isso com uma política importante, independentemente de governo.

Então, já é consenso e a partir de hoje vai ser votado, instituído como política, para que o sertanejo – que é, antes de tudo, um forte – possa viver com mais dignidade e possa produzir mais ainda para sustentar o Brasil.

Mas queria, também, dentro do semiárido, falar sobre uma notícia, Cícero, que é a questão da vazão do Rio São Francisco. É outra coisa que precisa ser discutida com mais força na Assembleia, no Parlamento Brasileiro. O senador Otto tem feito ações nessa linha. Ou se implanta uma política definitiva de relação com o Rio São Francisco – de cuidados com o Rio São Francisco – ou vamos ter problemas que não

demoram muito. Já estamos tendo. O Lago do Sobradinho está com 16% de armazenamento de água. Isso é muito pouco para o mês de agosto. Vamos ter o mesmo problema do ano passado. Se diminuir a vazão para segurar a água, cria problema lá em cima, em Sergipe. Se solta mais água, cria problema no Lago de Sobradinho.

Então, o que vamos fazer? Ou estabelecemos uma política para revitalizar o rio e seus afluentes ou vamos em breve sofrer um colapso na produção e na distribuição de água. Diversos municípios tiveram problemas no ano passado e vão ter de novo, a exemplo dos municípios que estão na borda do Lago do Sobradinho. Todos eles tiveram problema.

Então, essa discussão não dá para ficar para amanhã. Se há discussão hoje, importante, que avança, que é a política de convivência com o semiárido que vai ser votada hoje e tem que ser dito que existe um acordo entre os Líderes Sandro Régis e Zé Neto para que seja votada em consenso com a bancada, é preciso, também, alertar, mais uma vez.

Eu que cheguei aqui, neste Plenário, falando pela primeira vez do Rio São Francisco, torno a falar sobre a questão do rio: cuidado com o rio! É uma questão de sobrevivência dessa nação brasileira. Não é só questão de sobrevivência das pessoas que moram às margens do rio, do povo daquela região, não. Então, queria que constasse nos Anais desta Casa, nossa preocupação, minha e desta Assembleia, com a questão do Rio São Francisco.

Muito obrigado. Um grande abraço aos amigos catingueiros e ribeirinhos do território do São Francisco e da região do Vale do São Francisco e da caatinga baiana. Um grande abraço e muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Com a palavra a nobre deputada Fabíola Mansur pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Nobre Presidente, deputado Luciano Ribeiro, deputadas, deputados, quero saudar a todos que nos brindam com as suas presenças e que vêm aqui com muita justeza pedir a votação do Projeto de Lei 21.718, que institui a política de convivência com o semiárido. Projeto esse que conta com o acordo da Base do Governo e da Oposição, por se tratar de um projeto importantíssimo de acesso à terra, de universalização de acesso à água, que garante preservação da biodiversidade, políticas, enfim, que vão garantir o desenvolvimento sustentável da Bahia, através da instalação do Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido e vários artigos que garantem, também, acesso à saúde, à educação, às linhas de financiamento. Enfim, o PL 21.718, certamente, é um projeto de lei extremamente essencial ao desenvolvimento do semiárido baiano.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz aqui é a preocupação que temos com o que ocorre nas escolas estaduais. Sabemos das dificuldades do governo em relação à manutenção de terceirizados das escolas – merendeiras, vigilantes, seguranças... – e sabemos da boa vontade do nosso secretário Walter Pinheiro.

Mas, na verdade, já se passa um mês, deputada Luiza, e não conseguimos, sejam por impedimentos legais de contratação, seja porque as antigas terceirizadas não estão honrando com os seus compromissos... a verdade é que a situação é extremamente preocupante. Hoje, a educação é um pilar fundamental de transformação e de cidadania. A educação libertária garante aos nossos jovens, às nossas crianças, a formação necessária para que futuramente sejam grandes e reflexivos cidadãos, bem como incluam-se no mercado de trabalho.

Quando nós não dispomos de condições mínimas nas escolas de infraestrutura ou do ensino de qualidade, nós não conseguimos garantir a transformação – que a educação sonhada por grandes pensadores, como Paulo Freire – na Bahia desses indivíduos.

Ontem, estive reunida com a Associação Metropolitana de Estudantes de Salvador, diretores de escolas, que nos procuraram no gabinete, porque estão, deputado Fábio Souto, eles mesmos abrindo as escolas, os próprios diretores abrindo as escolas. Os estudantes ajudando na merenda. Mas, torna-se insustentável na medida em que temos um tempo tão grande sem a merenda escolar, sem vigilantes.

Enfim, é uma situação de insegurança, é uma situação extremamente grave. E eu proponho que professores, o alunado, o Ministério Público e a secretaria possam, através de um TAC, encontrar uma solução alternativa, para que haja a retomada normal das aulas, porque, com a ausência desses terceirizados que garantem a segurança, está faltando até merenda. Tem gente que está indo para a cozinha fazer merenda. As aulas estão acabando mais cedo, então, isso realmente compromete a educação.

E nós temos que ter a sensibilidade de dizer: nós precisamos, esta Casa precisa tentar intermediar esse diálogo de forma a garantir uma solução mais célere. Porque sabemos do compromisso com a Educação, mas reconhecemos que muitas vezes esses compromissos esbarram na burocracia legal. Nós temos que ter a sensibilidade de estar debatendo junto com o Ministério Público para resolver isso, sob pena de grave ameaça, inclusive de um movimento de greve, que nós não vamos deixar de considerar justo.

Quero aproveitar também essa fala para parabenizar todos os baianos que brilharam nas Olimpíadas – e a Bahia certamente foi a grande vitoriosa no esporte – e dizer também que nós precisamos achar, nas escolas, os talentos, voltar a desenvolver o esporte dentro das próprias escolas para que possamos formar grandes atletas de base, assim como é o grande atleta campeão sul-americano nesse fim de semana, chamado James Menezes, de Irecê, a quem tenho a honra de apoiar, que foi à Argentina e ganhou o campeonato sul-americano de *jiu-jitsu* e que vem de escola pública.

Então, preocupada com a educação – e esporte e cultura são também ferramentas de transformação –, acho que nós temos que fazer projetos nesta Casa que estimulem e incentivem à prática do esporte e à descoberta de grandes talentos no esporte nas escolas públicas do nosso Estado.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Com a palavra o nobre deputado Fábio Souto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. FÁBIO SOUTO:- Sr. Presidente, deputado Luciano Ribeiro, Sr^{as} e Srs. Deputados, eu ouvi com muita atenção, aqui, o pronunciamento da deputada Fabíola Mansur. E, viajando pelo interior, efetivamente percebo que essa é a realidade que nós assistimos, uma realidade de dificuldades em diversas escolas estaduais, pela falta de vigias, de merendeiras, os chamados terceirizados.

Além disso tudo, deputado Sandro Régis, V.Ex^a, que, semana passada, denunciou justamente isso, a falta dos terceirizados nas escolas, a falta de vigias... E eu, aqui, há dois meses, lembro-me quando o senador Walter Pinheiro assumiu a Secretaria da Educação, eu disse que ele tinha um grande desafio. E o primeiro desafio do secretário seria o de regularizar os terceirizados, que estão há alguns meses sem receber, e há várias escolas, efetivamente, sem vigias, sem merendeiras.

Isso, logicamente, prejudica a condição dos estudantes, prejudica a condição básica de funcionamento das escolas. É urgente que o governo do Estado da Bahia resolva essa situação e pare de enrolar. Eu acho que, se existem dificuldades burocráticas, elas podem ser resolvidas, mas essa situação já se estende desde o começo do ano, deputado Leur. Já se trocou de secretário e essa situação, efetivamente, não foi resolvida.

Eu também gostaria de aproveitar, aqui, para parabenizar todos os atletas que foram vitoriosos, que foram medalhistas, que não foram, mas que fizeram o seu papel. E parabenizar, especialmente, todos os baianos. Eu vi muitas entrevistas, aqui, ao nosso canoísta, Isaquias Queiroz, que fez um belíssimo papel nas Olimpíadas e observei que o governo disse que vai fazer um centro de treinamento para o boxe e os canoísta, Isaquias Queiroz, que fez um belíssimo papel nas Olimpíadas, e observei que o governo disse que vai fazer um centro de treinamento para o boxe e os canoístas, aqui ou no Sul da Bahia, na região de Ubaitaba, acho isso ótimo.

Mas, nesse contexto, eu, que conheço bem a região cacauieira, sou um deputado daquela região, queria colocar a situação do Rio de Contas, um rio genuinamente baiano, no qual Isaquias começou e faz todo o seu treinamento. Esse rio importante nasce numa serra entre Piatã e Abaíra e tem a sua foz no município de Itacaré. E, para que os jovens, os filhos e os netos de Isaquias possam remar nesse rio, efetivamente tem que se começar um trabalho de recuperação do mesmo, que, como disse, além de ser genuinamente baiano, é importante para a região Sul da Bahia, mas vem morrendo a cada dia.

Nós que defendemos muito a recuperação do Rio São Francisco, a recuperação do Rio Paraguaçu, que é a grande caixa d'água da Bahia, aproveitamos o ensejo das Olimpíadas, que mostraram muito o Rio de Contas, demonstrando que ele está morrendo, está sendo assoreado e que as matas ciliares precisam ser recuperadas. E, infelizmente, se o governo federal e estadual não tomarem as providências, dentro em

pouco, não teremos mais campeões olímpicos oriundos daquela região, pela morte lenta que vem acontecendo no Rio de Contas.

Então chamo a atenção do governo, porque temos que apoiar os atletas, mas também temos que fazer um grande trabalho de recuperação dos rios baianos, dos rios que abastecem os cidadãos da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Com a palavra, a nobre deputada Luiza Maia pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores que participam nas Galerias Paulo Jackson, sejam bem-vindos.

Tenho três assuntos para tratar aqui, Sr. Presidente. Vou fazer referência rapidamente. Primeiro, quero me solidarizar com os peritos concursados que estiveram há pouco no meu gabinete, solicitando que nós os ajudássemos a encaminhar para o governador os seus pleitos e deixaram um panfletinho levantando a realidade da polícia técnica no nosso Estado. Quero dizer a todos vocês que estão aí que contem comigo sempre. Acho que uma das nossas prerrogativas como parlamentar é intermediar qualquer conflito, qualquer situação entre funcionários e governo, patrões e empregados. Podem contar com o meu apoio, a minha solidariedade. Obviamente, conhecemos os limites orçamentários do Estado. Neste momento de crise, temos visto muitas dificuldades, mas acho que quem cala consente, e quem não é visto não é lembrado.

Por isso vocês têm a minha solidariedade, o meu apoio. Vamos dialogar, vamos conversar, vamos achar a saída para que a situação, principalmente de quem está numa condição mais delicada, seja resolvida.

Mas eu quero também, Sr. Presidente, solidarizar-me com as falas do deputado Fábio Souto e da deputada Fabíola. Estamos vivendo um momento de crise no mundo com a questão da educação e do meio ambiente. Em Camaçari, deputado Fábio Souto, o ex-prefeito Caetano iniciou uma obra de revitalização do Rio Camaçari. Infelizmente, o prefeito que está lá e que nós ajudamos a eleger parou toda a obra, mas era uma obra importante. Tivemos visitas de vários municípios para ver como estava sendo tratado aquele rio que estava jogando esgoto in natura no Rio Joanes, que abastece Salvador e Lauro Freitas.

Mas eu tenho certeza de que, no ano que vem, o prefeito Caetano também retomará essa obra fundamental e importante para a vida não só do Rio Camaçari como do Rio Joanes e de outros rios. Sabemos que a estupidez do ser humano tem feito isso, agredindo, colocando o esgoto nos nossos rios, vemos o resultado, e a coisa não está fácil.

Sobre essa questão da educação, também quero me solidarizar com o prefeito Caetano. Camaçari, antes dele, tinha apenas 3 escolas estaduais; hoje, temos 8 – se não me engano, todas montadas pelo prefeito Caetano. Mas sabemos também das dificuldades pelas quais, neste momento, as escolas estaduais têm passado,

principalmente com essa relação dos terceirizados com o secretário. Estamos na expectativa de que o secretário Walter Pinheiro realmente consiga solucionar esse problema. A situação é grave e o que vemos em discussão, em Brasília, é a desvinculação das receitas da União, dos estados e dos municípios, principalmente na questão da educação e da saúde. Nós sabemos que as coisas vão se complicar.

Por isso que eu queria também fazer esse apelo. No momento em que estamos em campanhas municipais, deputado Bobô, não podemos tirar das nossas plataformas esse debate da discussão da DRU, da desvinculação das receitas da União; porque, realmente, o que o Sr. Temer tem feito, nesses 3 meses de governo golpista, usurpador, tem deixado a população brasileira preocupada. Setenta por cento da população brasileira, hoje, não aceita a permanência do golpista Temer. Isso é verdade, se vocês não leram as estatísticas, podem ler. Sabemos que o que está em jogo hoje é a disputa de projetos diferentes. O que o Temer e os golpistas querem trazer de volta para o Brasil é o projeto neoliberal da década de 90, e a gente sabe o estrago que foi feito em nosso Brasil. Minha voz não está desolada, pelo contrário, minha voz está em consonância com a voz do povo brasileiro, que, infelizmente, a grande mídia não tem mostrado.

Sabemos que o povo brasileiro não está satisfeito com o golpe. E, nesta semana, na quinta-feira, a nossa presidente Dilma, uma mulher que enfrentou a tortura da ditadura militar, vai, de novo, enfrentar o Senado. Espero que os senadores tenham a sensibilidade de ver que, realmente, o que está acontecendo no Brasil não tem cabimento.

Mais tarde volto a falar.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Com a palavra, o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Imprensa aqui presente, cidadãos que nos acompanham nas nossas Galerias, queria, inicialmente, parabenizar o povo brasileiro, o nosso País pela belíssima Olimpíada que conseguiu proporcionar para o mundo.

Quero parabenizar, de maneira muito especial, a Polícia Civil do Rio de Janeiro, que teve uma atuação firme e não permitiu que alguns atletas dos Estados Unidos denegrissem a imagem do nosso País. Convido os parlamentares a fazerem uma reflexão: aqui na Bahia temos policiais qualificadíssimos, como também no Rio de Janeiro, mas a diferença de lá para cá é que, aqui na Bahia, os policiais lutam para terem o direito de poder servir a este Estado. Vejo, aqui em nossas galerias, delegados da Polícia Civil, vejo investigadores, eu vejo os concursados de 2014, os peritos, os quais estão numa luta para poder ser nomeados, outros para fazer a Academia de Polícia. Nós, que temos um dos estados mais violentos do Brasil, temos também homens e mulheres preparados para defenderem a Bahia e, no entanto, o governo do Estado prefere virar as costas para a segurança pública, permitindo que o Estado da Bahia seja um dos destinos preferenciais do crime organizado.

Eu vejo aqui os peritos formados aguardando a nomeação, esses que passaram no concurso de 2014 e uma outra parcela aguardando a convocação para fazer a última fase, que é justamente a Academia de Polícia. Com isso, eu pego a Lei Orgânica para que V. Ex^{as} constatem que o Estado da Bahia tem a obrigação, tem o dever de nomear imediatamente esses policiais. Vejam os argumentos apresentados pela comissão dos aprovados para peritos de 2014: Lei Orgânica para Perito Criminal pede 600 peritos; o número de efetivos é 320; número de vagas no edital, 40; o de excedentes, 81. O número de peritos odonto-legal é 60; de efetivos, 24; vagas no edital, 10; excedentes, 26. Se nomearmos as vagas do edital e os excedentes, ainda assim não atingiremos o que pede a Lei Orgânica. Perito médico-legal e perito técnico, da mesma maneira. Para perito técnico faltará ainda um número assustador: a Lei Orgânica pede 1.039, mas nós só temos 380.

Então, eu convido os parlamentares que compõem esta Assembleia a fazermos um pacto pela segurança pública do nosso Estado. Subir aqui e atacar o Presidente Temer e chamá-lo de golpista é o discurso fácil; difícil é assumir a responsabilidade e cobrar do governo do Estado a segurança pública para os baianos.

Estão aqui homens e mulheres que abriram mão dos seus empregos, que se dedicaram e estudaram para passar no concurso, fizeram todas as fases para poderem servir ao Estado da Bahia. Agora eles estão apenas aguardando a nomeação pelo governador. O povo pede mais segurança pública. E o que é que esta Casa está fazendo para garantir isso aos baianos? Sr^{as} e Srs, chegou hora de fazermos valer o nosso mandato, de fazermos valer a confiança da população baiana e pedirmos ao governador para que tenha responsabilidade com todos.

Finalizo o meu discurso dizendo que essa luta, Sr. Presidente, não se trata de uma luta da Oposição ou da Bancada Governista, ela deve ser do Parlamento Baiano. Devemos estar de mãos dadas...

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Para concluir, Sr. Deputado.

O SR. ADOLFO VIANA:- Para concluir...

Devemos estar de mãos dadas, Governo e Oposição, para representarmos o povo da Bahia da melhor maneira possível, cobrando imediatamente a nomeação desses policiais que aqui se encontram.

Muito Obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Com a palavra, o deputado Bira Corôa pelo tempo de 5 minutos. Não estando presentes, para falar o deputado Bobô, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. BOBÔ:- Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas e Galeria aqui presente.

Minha fala de hoje seria para fazer um reconhecimento ou um tributo aos atletas medalhistas das Olimpíadas do Rio de Janeiro e do Brasil, mas, ouvindo o pronunciamento de alguns deputados, em especial o da deputada Fabíola Mansur e

também do deputado Fábio Souto, que fizeram alusões a alguns atletas da Bahia, resolvi mudar um pouco o que eu ia falar.

O meu sentimento de alegria e satisfação só poderia ser maior se, verdadeiramente, fossem construídas políticas coletivas ou, pelo menos, potencializá-las nessa área de esporte, como política pública, política de Estado. Esse discurso já é um pouco antigo, mas vou reforçar porque, na realidade, é uma bandeira que já defendendo há muito tempo.

Não podemos ter apenas política de governo porque ela é transitória, não é deputado Fátima? Ela muda. O que nós podemos ter nessa área – que é uma área essencial, crucial, de transformação de vida – é que possamos tê-la como política de Estado. E entendo, que para que isso possa acontecer, Sr. Presidente, seriam necessárias algumas tomadas de decisões. E algumas delas, inclusive, passam por esta Casa.

A primeira delas seria a votação de projetos de lei que possam vir a beneficiar o coletivo, ou seja, uma grande maioria de atletas dos quatro cantos da Bahia, que ainda não têm um trabalho de incentivo forte porque os projetos estão parados aqui nesta Casa. Nós temos debatido sobre isso aqui nesta Casa – não é, deputado Luciano? – da necessidade de trazê-los aqui para votação, para que possamos através da aprovação desses projetos reconhecer o esforço de alguns medalhistas: ouro, prata ou bronze. Para nós, pouco importa a cor. O que importa é a forma como nos representaram e nos deixaram felizes, sobretudo os atletas baianos.

Mas, também, entendo que seria necessário para a construção dessa política pública, seja política de Estado, a criação de uma secretaria única de esporte. Vou repetir, mais uma vez, a necessidade disso. Pode parecer um contrassenso em função do momento que estamos vivenciando, a crise muito grande, mas sabemos do potencial que tem o esporte na questão da inclusão social, do esporte educativo, como a fala da deputada Fabíola Mansur, o esporte de alto rendimento, o paradesporto, enfim, é algo que, verdadeiramente, enobrece a todos nós a ponto de parar o País para acompanhar as atividades, sejam elas quais forem.

Fica aqui uma solicitação – já fiz por diversas vezes e mais uma vez vou fazer –, que a gente comece a tratar essa modalidade, essa atividade, com a importância que ela merece. Nós precisamos potencializar. Se não conseguirmos criar uma secretaria, em função das dificuldades orçamentárias, mas que, ao menos, potencializemos o orçamento do órgão que fomenta essa atividade no Estado.

É uma luta da Comissão Especial de Desporto, Paradesporto e Laser. Todos os deputados que participam da Comissão e, também, as pessoas que representam uma entidade sempre vêm com o mesmo objetivo, com a mesma solicitação. Isso nós esperamos – e é uma solicitação que fazemos ao governador Rui Costa –, no sentido de potencializar essa estrutura que é a SUDESB, com um orçamento maior, para que ela possa fazer frente às demandas que são enormes.

Outra questão que eu acho importante, Sr. Presidente, é colocar que a cidade de Salvador não tem uma secretária de esporte. E isso é muito importante. Conversei com Alice Portugal, que é candidata a prefeita em Salvador, que coloque como um dos seus objetivos e metas, no seu planejamento de governo, a criação de uma

secretária de esporte na cidade de Salvador. Uma das poucas capitais do País que ainda não tem o esporte como política pública. E ela é fundamental no processo de diminuição da violência que nós sabemos que a cada dia aumenta. E pode ser a porta de saída ou de entrada para dias melhores. Saída do inferno e de entrada para melhoria da autoestima, quando a gente consegue implementar essas políticas.

Portanto, fica – não é nem uma solicitação, porque os encaminhamentos eu já fiz através da comissão – mais uma vez, para reflexão, de que a única maneira que nós podemos homenagear os nossos atletas, campeões, medalhistas, exemplos, seria a criação e o fortalecimento dessas secretarias, tanto no Estado quanto no governo municipal de Salvador.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Geilson, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, caro deputado Luciano Ribeiro, caríssimos deputados, quero dizer aos peritos que estamos nessa luta com vocês, defendendo intransigentemente esse direito, que entendemos ser um direito líquido e sagrado, e que o governo da Bahia deve cumprir com suas obrigações. Não diria nem cumprir com sua palavra, porque palavra para esse governo é coisa totalmente descartável, mas, pelo menos, que cumpra o que está escrito no edital.

Srs. Deputados, o Ibope ontem divulgou a primeira rodada de pesquisas, tanto em Feira de Santana quanto em Salvador e Vitória da Conquista.

Quero falar especialmente sobre Salvador e Feira de Santana. Recebemos esses números com alegria, mas com os pés no chão. Eles tentam dizer que estamos no clima de já ganhou. Isso não existe, tanto o prefeito ACM Neto quanto o prefeito Zé Ronaldo, que marcham céleres para suas reeleições, estão com os pés no chão, calçando as sandálias da humildade e realizando atividade política todo dia. Não existe essa coisa de já ganhou e que a eleição é líquida e certa. Vamos continuar fazendo por onde esses votos se materializarem nas urnas.

Na verdade, o que observamos é uma luta insana na disputa do segundo lugar, tanto em Feira de Santana quanto em Salvador. ACM Neto, aqui, tem 68%; a segunda colocada tem 8 pontos percentuais, e o terceiro, 6 pontos. Então, eles estão travando uma luta feroz e ferrenha pelo segundo lugar aqui, em Salvador.

Em Feira de Santana não difere muito. Veja que Zé Ronaldo tem 64%, enquanto ACM Neto tem 68% aqui, em Salvador. Em Feira de Santana também há empate técnico entre aqueles que estão em segundo e terceiro, porque o segundo, que é o deputado Zé Neto, tem 14%, e o terceiro tem 8%. A margem de erro do Ibope é de 4 pontos, o que configura um empate técnico também em Feira de Santana pela segunda colocação.

Observem que os números são semelhantes tanto em Feira quanto em Salvador. Isso é o retrato de administrações que caíram no gosto do povo, que têm respaldo popular, administrações que estão sendo muito bem avaliadas tanto pela população de

Feira de Santana quanto pela população de Salvador. Enquanto isso, a oposição ainda não encontrou o seu caminho, não tem um discurso, não tem um mote, não tem um rumo, não tem um norte e não sabe para onde vai, não sabe o que fazer.

Tentam, aqui, atacar o prefeito ACM Neto de forma vil e de forma que não conseguem reverberar, não conseguem persuadir a população de Salvador em relação a essas críticas, porque quem mora em Salvador está vendo o desenvolvimento da cidade e a transformação pela qual passou.

Em Feira de Santana, não é diferente. O prefeito Zé Ronaldo está com o nome galvanizado. Ele vai para o quarto mandato, o que é um recorde numa cidade com mais de 600 mil habitantes. Ele se elegeu em 2000, reelegeu-se depois. Elegeu o seu sucessor, voltou e se elegeu. Agora, tenta o seu quarto mandato.

Então, essas administrações são aprovadas porque têm uma forma de administrar com muita austeridade, com muito critério, a despeito das oposições.

Aqui, em Salvador, o Partido dos Trabalhadores ficou envergonhado, não meteu a cara. Está usando uma candidata laranja. Fica por trás, tentando a todo o custo fazer ataques e não consegue porque não repercutem na sociedade.

Em Feira de Santana, é a mesma situação. Observem que lá é 64%, e em Salvador, 68%. E praticamente os mesmos índices, Fábio Souto, do segundo e do terceiro colocados em Salvador e em Feira de Santana. Não há dúvida de que são administrações aprovadas e que o eleitor quer que continuem.

Não existe o clima de já ganhou. Vamos continuar com atividades políticas todos os dias, tanto em Feira Santana como em Salvador. Só pararemos quando o voto materializar-se nas urnas.

Para alegria e o bem de Salvador e Feira de Santana, ACM Neto e Zé Ronaldo serão reeleitos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Concedo a palavra à nobre deputada Fátima Nunes.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, nesta tarde nós, brasileiros e brasileiras, estamos comemorando o 13º lugar. Portanto, o 13 deste País, que teve como melhor presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se preocupou, naturalmente, com a juventude, com os vários aspectos de melhoria da vida do nosso povo do sertão, do litoral, e com a juventude e com os idosos.

A preocupação com os jovens o fez criar o Programa Bolsa Atleta. Para a nossa alegria, a maioria absoluta dos medalhistas dessa Olimpíada foi dos que receberam ou eram participantes do Programa Bolsa Atleta.

Sabemos o quanto é importante para os nossos jovens contar com a parceria dos governos do Estado, federal, dos municípios que têm algum programa de apoio ao esporte. Por muitas e muitas vezes, nós, políticos, recebemos em nossas casas jovens em busca de uma pequena contribuição, seja para adquirir equipamento, vestimenta ou calçado para jogar.

Na verdade, quando existe a política pública se cria a cidadania, a autonomia e a oportunidade de desenvolver talentos, sem precisar dessa coisa tão pequena e injuriante que é a pessoa ir à casa de um político pedir alguma coisa.

Então, quero parabenizar todos os nossos colegas deputados que já saudaram a vitória do Brasil, a participação do povo brasileiro, que acolheu bem os que vieram de outros países. O Rio de Janeiro apareceu para o mundo com mais expressividade, demonstrando a sua capacidade de acolhimento, de recepção e de segurança.

Quero dizer que, com certeza, não deixaremos de lutar pelas grandes oportunidades que o nosso Brasil e a nossa Bahia precisam, que o povo do sertão e do litoral precisa para continuar vivendo com dignidade e felicidade.

Quero também saudar o nosso povo do sertão, das diversas instituições, da Asa - Articulação Semiárido, de outros movimentos sindicais, sociais e pastorais que vieram acompanhar o projeto de lei que debateremos e votaremos neste dia de hoje.

Agradeço, pelo apoio, aos nossos líderes: Zé Neto, do Governo, e Sandro Régis, da Oposição. Quero dizer, também, que, durante o período em que estive dialogando com os pares desta Casa contei com o deputado Luciano Ribeiro, que preside esta sessão.

Esse é um projeto que institui a política de convivência com o semiárido para que as ações que foram realizadas nos últimos 13 anos, exatamente, deixem de ser apenas ações de governo e passem a ser uma política de Estado. De modo que qualquer governante que vier daqui para a frente, naturalmente, terá o compromisso de cuidar das pessoas, cuidar do meio ambiente e cuidar do semiárido para que possamos viver lá e com dignidade. Que a nossa terra do sertão, como é a palavra mais popular conhecida, nunca mais seja vista como terra de retirantes, terra de povo que vai e volta de arribação - dizia a música do Luiz Gonzaga- e terra de chão rachado, mas sim terra de alegria, de oportunidade, de felicidade e de dignidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Por acordo de Liderança, o Grande Expediente foi preservado para a próxima sessão. Horário das Representações Partidárias.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou representante do PDT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 5 minutos.

A Srª Fátima Nunes:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PP/PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 13 minutos.

A Srª Fátima Nunes:- Não há orador.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, eu vi V.Ex^a fazer uma coisa nesta Casa que nesses 18 anos que estou aqui nunca assisti. Preservar o orador, que o partido indica para o Grande Expediente, e passar para os atos seguintes. Isto não existe. Esta sessão tem de ser suspensa. Esta sessão é nula de puro direito. Não é possível isso, Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Nobre deputado, segundo informações da assessoria, é uma praxe da Casa. Por isso que assim o fiz.

O Sr. Targino Machado:- Eu não estou aqui para exercer praxe, Ex^a. Estou aqui para exercer o que determina o Regimento. Não é possível se preservar o horário do Grande Expediente. Não sei nem quem era do partido que deveria indicar hoje. Se o partido não quis indicar, a formar correta...

Sr. Presidente, estou fundamentando a questão de ordem para V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- O deputado Targino Machado continua com a palavra.

O Sr. Targino Machado:- Eu estava lá fora, cheguei agora aqui, adentrei no Plenário, porque ouvi o que V.Ex^a falou. Isso não existe, não pode acontecer. Não se pode agora aqui dar *bypass* no Regimento. Na verdade, está se criando um *bypass*, uma ponte para o Regimento. Deixa de fazer isso, deixa de cumprir e deixa guardado lá na prateleira para em um segundo tempo se fazer dessa forma. Isto não existe, V.Ex^a.

Quero que V.Ex^a defira a minha questão de ordem. Esta sessão não pode continuar. Não quero ser rude. Deputado Zé Neto, não sabia quem havia pedido. Entrei no plenário e disse que não sabia se havia sido um pedido do governo ou da Oposição. V. Ex^a já nomeou, já indicou um orador para o horário seguinte. O Grande Expediente já existiu e, inclusive, já se queimou o tempo dele.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Deputado Targino, concordo com V.Ex^a. O Regimento deve ser cumprido. O que foi informado pela assessoria da Mesa que era uma praxe. Como a praxe não é do Regimento, defiro a questão de ordem de V.Ex^a. Não será preservado o horário do Grande Expediente, e vou prosseguir nos horários das lideranças.

Agradeço a V.Ex^a pela orientação, pela questão de ordem, e vamos prosseguir a sessão com ordem e zelo. Muito obrigado a V.Ex^a.

O Sr. Targino Machado:- Não vou agradecer a V.Ex^a porque o que é de direito não se agradece.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Mas eu agradeço pela orientação.

O Sr. Targino Machado:- Mas V.Ex^a é de uma elegância...

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar para falar ou indicar orador pelo tempo de pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Falarei por 6 minutos e o deputado Pablo Barrozo por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, é muito bom subir à tribuna mais uma vez nesta terça-feira. Aproveito para parabenizar a deputada sertaneja, deputada Fátima Nunes, que apresenta grande projeto para o Estado da Bahia, Projeto de Lei nº 21.718/15. Saiba que contará com o meu apoio e, tenho certeza, com o apoio de toda a Oposição.

Sr. Presidente, é muito bom termos o Líder do governo presente nesta sessão. Deputado Zé Neto, V.Ex^a é o homem indicado para fazer uma conversa objetiva com o Governo do Estado, uma vez que temos aqui nas nossas Galerias delegados, investigadores, peritos, uns com a Academia de Polícia já feita, prontos para serem nomeados e poderem defender a Bahia; outros aguardando a convocação para fazer a Academia de Polícia. Se juntarmos os que já fizeram a Academia de Polícia, Sr. Presidente, com os que aguardam o chamado para fazer, ainda assim não teremos atingido o número de peritos que o Estado da Bahia merece e precisa.

Ao abrirmos os jornais do Estado da Bahia, deputado Carlos Geilson, podemos observar que a todo momento é chacina, homicídio, assassinato. Pergunto o que estamos fazendo para mudar essa realidade? Que contribuição o Parlamento baiano está dando ao Estado da Bahia para que deixemos de ser esse Estado tão violento?

Acho que nas eleições de 2014 a população baiana confiou nesses 63 parlamentares justamente para que aqui fizéssemos o papel de fiscalizar o Poder Executivo.

Deputado Zé Neto, V.Ex^a que é um grande deputado, V.Ex^a que lidera este governo há mais de 5 anos aqui nesta Assembleia, peço a atenção de V.Ex^a. Estes aqui que fizeram o concurso para a Polícia e para peritos querem a atenção de V.Ex^a, a atenção da base governista. Por parte da Oposição V.Ex^{as} tenham certeza que as cobranças não irão parar, irão aumentar, pois nós estamos sendo cobrados pela população baiana.

Ao viajar neste período eleitoral em diversos municípios do Estado da Bahia, nos 4 cantos deste Estado, as pessoas têm pedido: “Deputado, não esqueça de cobrar. Mais segurança pública é fundamental”. E nós precisamos dar o primeiro passo, nós precisamos ter um efetivo que consiga proteger o Estado da Bahia. Hoje, se pegarmos a Lei Orgânica da Polícia Civil, dos peritos, nós vamos constatar que temos um número insuficiente para fazer da Bahia um Estado seguro.

Hoje, estamos todos nós, os 63 parlamentares que compõem esta Casa, Sr. Presidente, viajando pelo interior do Estado, participando das campanhas municipais, defendendo os nossos aliados políticos, essa é uma realidade. Mas nós não podemos fugir da responsabilidade para com o nosso Estado. Cobrar a nomeação dos peritos e dos policiais civis é obrigação deste Parlamento.

O governo do Estado da Bahia, quando coloca esses concursos na rua, quando faz os concursos, quando aprova os concursados, quando pede que eles cumpram

todas as etapas, ele está dando um documento de que o Estado da Bahia precisa de mais policiais, de mais peritos. Essa é uma necessidade de todo o Estado da Bahia. No entanto, vejo apenas uma pequena parcela deste Parlamento cobrando do governador a nomeação desses policiais.

Tenho certeza de que em todas as cidades que os deputados que compõem esta Assembleia Legislativa estão rodando e pedindo votos para os seus prefeitos, em todas as cidades da Bahia, o nível de insegurança é absoluto. Não existe, no Estado da Bahia, uma cidade segura de verdade, e não existe justamente porque não temos efetivo.

Para mudarmos essa realidade, deputado Pablo Barrozo...

O Sr. Pablo Barrozo:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Darei o aparte a V.Ex^a com todo prazer.

(...) para que possamos garantir, deputado Roberto Carlos, mais segurança pública, e V.Ex^a, que acaba de chegar, é um legítimo representante do Norte do Estado da Bahia e sabe que a violência no norte do Estado da Bahia está assustando os baianos... Caixas eletrônicas...

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Deputado, interrompo-o para pedir que os 6 minutos restantes sejam marcados para o deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço a V.Ex^a, Sr. Presidente.

Que bom que o deputado Zé Neto volta ao Plenário, ele que é o Líder do Governo, quem lidera a maior Bancada desta Assembleia e que pode perfeitamente fazer essa interlocução com o governo do Estado da Bahia. V.Ex^a, deputado, que é candidato a prefeito de Feira de Santana e que sabe que Feira de Santana vem vivendo maus bocados, que a violência lá não é diferente de Juazeiro, não é diferente de Itabuna, de Ilhéus, de Jequié. Nós precisamos, deputado Pablo Barrozo, fazer um pacto, unificar o nosso discurso para sensibilizarmos o governo do Estado e a base governista, que compreende que é necessário fazermos investimentos na segurança pública, mas que, muitas vezes, prefere fazer ouvidos de mercador e fingir que o Estado da Bahia está vivendo um mar de rosas, que é um Estado seguro.

É por isso que eu convoco V.Ex^{as}: vamos ter coragem de enfrentar este momento difícil cobrando do governador responsabilidade com a segurança pública.

Ouçó com prazer o deputado Pablo Barrozo. (Palmas)

O Sr. Pablo Barrozo:- Deputado Adolfo Viana, quero parabenizar o colega, que durante este ano lutou pela nomeação dos delegados e escrivães e, agora, está nessa luta pela nomeação dos peritos. Entendo que a segurança pública e a saúde são os 2 grandes problemas do governo do Estado, pois estão em colapso. Sabemos também que a simples nomeação dos peritos não irá resolver esse problema, mas já é um passo para a solução. Nós precisamos ter responsabilidade com a segurança pública do Estado da Bahia, nós, que vivemos o dia a dia com a população. Como representante da Região Metropolitana de Salvador, eu posso dizer, só no final de semana, foram mais de 24 homicídios, um número alarmante, assustador. Parece até uma ladainha, porque, desde o início deste mandato, nós semanalmente cobramos aqui do governo do Estado um empenho maior com relação a isso. Enquanto se gasta

muito, repito, com publicidade e propaganda, não se tem prioridade com a vida dos baianos.

Quero parabenizá-lo, deputado Adolfo, pelo seu cuidado com um dos principais problemas que hoje vivemos no Estado – e aqui na nossa capital, vemos muito isto, pessoas de bem ficam presas, com medo de sair às ruas, andar pelos passeios. São poucos lugares de Salvador, hoje, em que você anda com a sua família pelas ruas e se sente seguro. São poucos os horários. E as pessoas que não têm respeito pelas outras e vão cometer crimes sentem-se à vontade, porque, infelizmente, por mais que a Polícia Militar e a Polícia Civil tenham boa vontade, não têm o respaldo necessário por parte do governo, que é ineficaz, incompetente e inoperante.

Agradeço a oportunidade e o parabenizo.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço ao aparte de V.Ex^a, incorporo suas palavras ao meu discurso e o parabenizo também por levantar a sua voz em defesa de uma Bahia mais segura.

Ouçó com prazer o deputado Fábio Souto.

O Sr. Fábio Souto:- Agradeço o aparte, deputado Adolfo. V.Ex^a mais uma vez aborda um tema que preocupa a Bahia e os baianos, que é a questão da segurança pública.

Nós observamos que, entre as 10 cidades mais violentas do Brasil, temos várias em nosso Estado, como Itabuna, Porto Seguro, Teixeira de Freitas, enfim, é um índice que envergonha a todos, e essa luta pelos peritos, deputado Adolfo, é uma luta importante, porque vai dar resolutividade à elucidação dos crimes.

Os peritos são de suma importância para isso. Hoje, o que acontece é que se mata um jovem no Subúrbio, vários homicídios acontecem em nosso Estado, e ninguém fica sabendo quem cometeu esses homicídios. Isso se deve muito à falta de peritos para, efetivamente, analisarem esses crimes e poderem ajudar os delegados, todo o quadro da Polícia Civil, a elucidar esses crimes.

Então, V.Ex^a coloca uma questão que venho colocando sempre aqui nesta Casa, que é a falta de atenção do governo em relação à segurança pública. A cada dia o clima de insegurança aumenta nos bairros, nas periferias de nosso Estado. O consumo de drogas, sobretudo do *crack*, nas regiões mais pobres do nosso Estado, vem efetivamente gerando a violência, gerando os vários homicídios. É uma estatística que envergonha a todos nós. Temos que fazer o papel de que fomos incumbidos, que é lutar pela segurança pública e fazer o que V.Ex^a tem feito, que é mostrar a dificuldade da segurança pública no nosso Estado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a, e o parabenizo pela coragem de defender esse tema tão importante.

(Soa o sinal de final do tempo do discurso.)

Sr. Presidente, com a sua tolerância.

Deputado Sandro Régis, V.Ex^a, que tão bem lidera a nossa Bancada da Oposição e que, neste momento, está ao lado do deputado Zé Neto, Líder do Governo, vamos focar na segurança pública, vamos abrir o diálogo com o governo do Estado, provoque o Líder Zé Neto. A Bahia não pode esperar. Precisa da nomeação de

todos concursados, imediatamente. Eu conto com a capacidade de articulação que V.Ex^a tem e com a capacidade que o deputado Zé Neto vai ter nesse processo para que possamos, enfim, ser um Estado seguro para se viver.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Com a palavra o Líder Zé Neto, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, é uma satisfação imensa vê-lo na Presidência desta Casa, V.Ex^a que é um deputado de primeiro mandato, mas que já foi prefeito, vereador, conhece muito bem as estratégias e também o Regimento da Casa. Então parabéns pela condução da sessão, V.Ex^a tem conduzido com muita proeza.

Quero saudar os deputados presentes, as deputadas, saudar o Líder da Oposição, deputado Sandro Régis, saudar os presentes na Casa, os que nos assistem e, inicialmente, dizer aos peritos formados pelo curso que têm conversado comigo, tenho sempre dado atenção, nós temos tranquilidade de poder falar com vocês, não há de nossa parte e do governo outra intenção senão a de convocar, inclusive avançar na convocação no que for possível, até, se for necessário, de excedentes. Mas não temos hoje nada a falar senão o cuidado que vamos ter, e digo isso sempre, converso muito com o deputado Adolfo, que me cobra também, todo mundo me cobra, e como Líder do Governo tenho a obrigação de enfrentar a discussão.

O nosso problema hoje é financeiro. Junho foi um mês, deputado Fábio, difícilimo, e não foi difícilimo só para a Bahia, foi um mês difícilimo em todo o Brasil. 19 Estados, 19, olhem o número, deputada Fátima, já anunciaram que pagarão o 13º dividido. Dois anunciaram que não pagarão nem dividindo. Problema!

Já existe hoje no Rio de Janeiro, passada a euforia da olimpíada, em que o Brasil se deu bem, mostrou ao mundo que é possível fazer uma olimpíada no Brasil, mas a crise no Rio de Janeiro é muito profunda, inclusive hoje não está tendo recursos suficientes para pagar os seus aposentados.

E esse é o clima que está posto como desafio para a Bahia, que é o único Estado que não mudou de mês dentro do pagamento mensal dos seus funcionários. Os Estados do Nordeste todos atrasaram os seus pagamentos, inclusive oficializando isso, jogando para datas posteriores ao mês vigente. O Estado da Paraíba jogou para o outro mês, com mais de 10 dias de diferença, e isso tem sido a tônica de uma dificuldade vivida neste instante no nosso País.

Sergipe não foi diferente. Sergipe era considerado no Brasil um dos Estados que melhor pagava o funcionalismo público e no ano passado não conseguiu pagar o 13º, pagou de 6 vezes; faz 3 anos que não dá nenhum reajuste salarial, este ano não dará novamente. Aliás, ano passado no Brasil só quatro Estados deram reajuste salarial, a Bahia foi um deles; apenas 4, nenhum deu ganho real.

Então, quero colocar claramente essas questões para que tenhamos condição de enfrentar as dificuldades. E me postando também com muita atenção ao pleito que V.S^{as} fazem hoje aqui...

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ NETO:- Está inscrito, V.Ex^a.

(...) e terão de mim sempre a atenção adequada e devida.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ NETO:- (...) O outro aspecto que eu queria aqui chamar a atenção...

Darei os apartes a vocês dois, logo quero passar para outro tema, por isso queria que V.Ex^as fossem breves nos apartes, mas quero ouvi-los. Primeiro o deputado Hildécio.

O Sr. Hildécio Meireles:- Deputado Zé Neto, Líder do Governo neste Casa, fico satisfeito com essa informação que V.Ex^a traz de eficiência, de atualidade do governo do Estado com relação ao pagamento dos seus funcionários. Aí, vai a pergunta: a gente pode considerar também que aqueles chamados terceirizados também estão com os seus pagamentos em dia? Era só isso que eu queria perguntar a V.Ex^a

O Sr. ZÉ NETO:- Os terceirizados, excelência, tivemos problema com algumas empresas. Eu diria a V.Ex^a que com 5% das empresas, que representa um número grande do ponto de vista do percentual porque se trata de educação. Algumas empresas não tivemos sucesso nas negociações e o atraso hoje já não é mais do ponto de vista financeiro, o Estado tem o recurso para pagar. O problema agora é você ter que fazer pagamento direto e com acompanhamento do Ministério Público do Trabalho e tudo isso tem que ser feito dentro de uma normatização que não criem problemas para o Tribunal de Contas. V.Ex^a pode ter certeza de que somos nós que estamos mais chateados. Porque lá na minha cidade... Primeiro porque eu acho que quem trabalhou tem que receber seu salário em dia, inclusive vejo lá no meu município... A Oposição não reclama da gente porque para Oposição lá... Infelizmente a situação é muito mais grave, porque lá é tudo por cooperativa, que não pagam sequer o salário. Os trabalhadores não têm direito social nenhum e são obrigados a ficarem caladinhos.

Na educação, mais da metade, lá em Feira, é assim: estagiários de até segundo semestre de escolas de fim de semana, das quais não tenho nada contra, só absolutamente a favor que existam, só acho que não têm ainda currículo para ensinar em escolas, como eu vejo lá no município.

Então, V.Ex^a tem razão. A reclamação é pertinente. Os deputados que estão nesta Casa sabem que eu não concordo com atraso: o deputado Carlos Geilson sabe bem, assim como o deputado Targino, que têm base em Feira. Estamos trabalhando esta semana para chegarmos ao fim do mês com tudo ajustado do ponto de vista dos atrasos. As duas maiores empresas, esta semana, já conseguiram pagar. Os recursos estarão na conta dos funcionários até quarta-feira, acho que até amanhã. Espero que essas dificuldades passem, porque não é fácil.

V.Ex^a, quando reclama, pode ter tranquilidade que o nosso governador Rui tem trabalhado para resolver, mas é parte também de um processo pelo qual passamos no Brasil inteiro, e as empresas acabam também tendo dificuldades nos seus lastros financeiros para cumprirem os contratos junto ao Estado. Pelo Estado, o lastro financeiro de cada empresa deve suportar pelo menos três meses, que é o tempo

previsto em edital para fazer seus pagamentos. Isso não tem acontecido e tem causado toda essa “bola de neve” que gera, evidentemente, uma dificuldade grande, na ponta, para os trabalhadores.

Deputado Adolfo, quero passar para outro tema, por isso peço a V.Ex^a que seja breve.

O Sr. Adolfo Viana:- Serei breve. Quero parabenizar V.Ex^a pela coragem de fazer esse enfrentamento, de posicionar-se em relação a esse assunto que é, sem sombra de dúvida, o calcanhar de aquiles desse governo, a Segurança Pública.

Deputado Zé Neto, acho que chegou a hora de priorizar a segurança pública, priorizar a máquina para dar vez à segurança pública. Nós temos, deputado, baseados na Lei Orgânica, apenas um terço dos peritos técnicos, que pede 1.039 peritos e só temos 380, ou seja, vamos continuar a ser um Estado violento, porque hoje não temos a capacidade de desvendar os crimes. Peço a V.Ex^a, pela coragem que sei que tem, que faça esse enfrentamento junto ao governo. É hora de enxugar a máquina de um lado para favorecer a segurança pública.

Por parte da Oposição, V.Ex^a será cobrado aqui diariamente. Tenho certeza de que com a grandeza que tem, grande Líder que é, irá encontrar a solução para que o Estado da Bahia possa se tornar um Estado seguro, porque hoje não é.

Muito obrigado. (Palmas nas galerias.)

O Sr. ZÉ NETO:- Deputado Adolfo, claro que V.Ex^a faz o discurso para os peritos, como não é menino está fazendo certo. V.Ex^a é Oposição, bom político, sempre teve bom argumento e tem que fazer sua parte na Oposição. E eu estou ouvindo com todo respeito.

Nós temos um problema de segurança pública – era este tema que eu queria abordar, meu tempo acabou ficando pequeno, mas vou tentar – que não passa apenas por polícia. Passa, fundamentalmente, por atendimento policial, porque esse atendimento é a emergência da segurança pública: quando se tem um caos, um problema na sociedade, quando há um conflito, um confronto, a Polícia tem que estar ali para fazer, juntamente com seus peritos, seus bombeiros, seus policiais civis e militares, o embate da Segurança Pública na ponta. Mas eu me preocupo muito com a Segurança Pública de forma mais profunda. Vou dar um exemplo: esta semana, cinco meninos – meninos! –, 4h da manhã foram comprar drogas num conjunto chamado Portelinha, lá em Feira. Esse conjunto, inclusive, foi construído com recursos públicos oriundos de uma emenda do senador Walter Pinheiro, solicitada por mim na época.

Nesse conjunto moram pessoas carentes, mas pessoas de bem. Lá havia uma casa fechada, que foi alugada. Às 4h20min da manhã, esses meninos foram para lá comprar drogas. Só um deles tinha entrada na Polícia, por uma bobagem, mas não era traficante e não era marginal. Foram em um Uno, e, lá chegando, havia um conflito de duas correntes do crime, que já estavam em conflito. Uma dessas correntes já havia passado nessa casa e a outra aguardava os que estavam lá saírem. Quando os meninos foram para a porta dessa casa comprar droga, a outra corrente pensou que esses meninos eram traficantes e “mandou ver”, ou seja, mataram cinco pessoas. Cinco

foram mortos desarmados, totalmente, repito, desarmados. Nem um deles era envolvido com tráfico. Mas todos eles, cinco meninos, cinco jovens, foram, naquele momento, às 4h20min da manhã, comprar droga. Três deles estavam desempregados.

Eu fico a perguntar: onde é que nós chegamos? E o que vem pela frente?

Vivemos, neste Brasil, um momento de crise e um momento de um golpe institucional. Ambos, para mim, são muito profundos.

Eu me lembro do que estamos vivendo hoje como o reflexo sociológico do que vivemos na década de 1990.

Vimos um Brasil até a década de 1980. Estudei na Universidade Federal da Bahia. Fiz direito. Andava a pé em Salvador, deputado Targino. Saía do bairro da Federação para o Barris. Gostava de tocar violão e ia com ele nas costas, um dinheirinho no bolso, pouco, porque era estudante. Mas andava a pé na cidade para cima e para baixo. Deputado Luciano, nunca vi Salvador violenta, principalmente no centro nos anos 1980!

E, de repente, os anos de 1990 chegam.

Quando chegamos ao ano 2000, a situação é outra e totalmente diferente!

Onde foi que aconteceu essa ampliação da violência e esse crescimento da violência?

Claro, está posto, para mim, que os anos da década de 1990 foram os responsáveis, na Bahia e no Brasil, pela maior supressão salarial da história; pelo maior esmagamento da classe trabalhadora e das organizações sociais; e pela fase onde o Brasil viveu as suas maiores dificuldades do ponto de vista das políticas sociais.

Resgatamos isso durante os últimos 12 anos do governo do PT quando se deu outro tom.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- E, agora, vem, aí, o risco de, mais uma vez, cairmos nessa armadilha. Claro, as políticas públicas devem ser continuadas, pois o resultado disso não chega em menos de 10 ou 12 anos. Isso é coisa para 20 anos!

Mas se elas forem interrompidas, se já está ruim, pode piorar. E não podemos achar que a solução da segurança pública é só polícia. A solução, também, passa pela polícia. E o Estado têm de ter a obrigação em botar o braço na seringa. Vamos fazer isso.

Agora, não vamos nos esquecer do outro papel, que é um papel mais profundo, de garantir as políticas sociais, os direitos sociais, os direitos trabalhistas e todo esse processo social que passa, inclusive, por valores de família e por valores que estão, dia a dia, no convívio social para serem resgatados.

A segurança pública está aí. É um desafio do Estado.

Mas, como contei agora há pouco, nem sempre vai ser a polícia sozinha ou quase sempre não é a polícia sozinha quem dará a solução definitiva.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Ao contrário! Estamos todos nós aqui pensando em um Estado mais democrático e mais justo, onde as políticas públicas aconteçam.

Encerro, pedindo a V.Ex^a, inclusive, porque, hoje aqui, V.Ex^a é um dos coautores da lei da convivência com o semiárido. Espera-se que essas posições, que essas políticas, que esses atos, que esses gestos do Legislativo desta Casa, principalmente na tarde de hoje, deem a demonstração de que nós precisamos atacar o imediato. E, para isso, a polícia tem de, sempre, estar mais presente.

Mas não devemos nos esquecer de quão importantes são as políticas sociais, os ganhos sociais, os ganhos trabalhistas e todo esse processo de construção de um País mais justo e de um País mais igualitário a fim de que haja mais oportunidades.

Certamente, esse é um ponto do qual nós não podemos abrir mão neste embate histórico e que precisa, evidentemente, de todos nós, juntos, nessa mesma demanda tão valiosa para o povo brasileiro. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador e nem aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Fábio Souto:- Para falar pelo PMDB, eu destaco o deputado Adolfo Viana por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Ribeiro):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Viana pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, queria, inicialmente, parabenizar o Líder do Governo, o deputado Zé Neto. Acho que começamos a avançar. O que nós precisamos nesta Casa Legislativa, deputado Zé Neto, é, justamente, isso: termos a capacidade de discutir quais caminhos devemos trilhar para levar a Bahia para um lugar seguro.

Perceba que, durante os anos da década de 1980, V.Ex^a andava com o seu violão nas costas. Hoje, se V.Ex^a andar com o seu violão nas costas, tenha certeza de que levarão o seu violão e podem dar uma violada na sua cabeça.

O Estado da Bahia é, sem sombra de dúvida, um dos Estados mais violentos. V.Ex^a coloca a dificuldade financeira em que vive o Estado da Bahia. Mas não podemos ter a irresponsabilidade de não avaliarmos esta situação.

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- V.Ex^a está inscrito, deputado Targino.

Mas precisamos compreender, de uma vez por todas, que o nível de violência em que vive este Estado é inaceitável.

Como podemos aceitar, professor Zé Raimundo, que o Estado da Bahia tenha menos policiais do que um Estado como Pernambuco bem menor territorialmente e bem menos populoso? Quais são os setores que precisam de mais investimentos, deputado Targino Machado?

É isso o que devemos exercitar aqui nesta Casa. Sem sombra de dúvida, o setor da segurança pública, hoje, é a área que deve ter mais prioridade para este governo.

Quanto aos policiais civis do concurso de 2013, foram 748 concursados e treinados pela Academia de Polícia. E o governador disse que só daria para nomear 639 e faria isso. No entanto, só foram nomeados 557! Ou seja, tínhamos uma necessidade de termos mais 748 e só vamos ter 557!

Bem, vejam o caso em relação aos peritos. Só conseguimos desvendar hoje, mais ou menos, 8% dos crimes cometidos neste Estado. Isso significa que quem mata não é punido, justamente porque não temos mão de obra para identificar e para solucionar os crimes.

Mas precisamos tomar uma decisão: ou vamos para cima do governo para garantir segurança pública para os baianos, ou vamos chorar, diariamente, a morte de dezenas e dezenas de baianos!

Ouçó, com prazer, o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Caro deputado Adolfo Viana, é um prazer vê-lo na tribuna a discorrer sobre um tema que todos nós sofremos devido à violência instalada no Estado, devido à falta de gestão de políticas para a segurança pública, se não for a ausência absoluta de políticas para a segurança pública. O que me estarrece é, justamente, isso. E a fala de V.Ex^a está me animando a adentrar a este tema.

Já na próxima semana, vou trazer aqui algumas informações.

Na verdade, o que esse secretário da Segurança Pública tem feito, fundamentalmente, são duas coisas, quais sejam, separar as classificações. Para mim, ladrão é ladrão; criminoso é criminoso. Quem pratica homicídio comete crime. Homicídio é crime.

No entanto, ele fez uma separação para beneficiar, estatisticamente, o Estado. Ele dividiu os homicídios em cerca de 10 nomenclaturas diferentes para beneficiar as estatísticas do Estado. Caro deputado, digo isso porque os números das estatísticas oficiais seriam diferentes se não fosse essa maquiagem. Sem essa maquiagem, o resultado seria outro. E essa turma, que está no poder, entende bem de maquiagem. Não é? Se não fosse a maquiagem do secretário da Segurança Pública, os índices de acréscimo de violência, em nosso Estado, não estariam na faixa de 12% ou 18%, mas, sim, de quarenta e tantos por cento.

Há outra coisa! Meu nobre deputado e Líder da Oposição, por favor, ouça-me.

Há outra coisa que esse secretário tem feito: o monopólio da informação, qual seja, grampear todos nós e grampear quem ele quiser. Vejam, isso não é competência do secretário da Segurança Pública. Ao invés de colocar delegados para ter o monopólio disso, ele está colocando, lá, REDAs para escutar, provavelmente, V.Ex^a porque está desagradando os interesses dele e todas as suas conversas devem ser gravadas.

Vou trazer aqui, por exemplo, uma informação bonitinha onde um advogado foi grampeado. Depois, esse advogado falou com três entidades diferentes. No outro dia, duas dessas entidades foram visitadas para serem avisadas de que não fizesse o que o advogado estava pedindo. Não é?

Então, na verdade, criou-se um monstrengo na “inteligência” da Secretaria da Segurança Pública, levando a autoridade absoluta para o autoritário secretário da

Segurança, que está encastelado, infelizmente na Secretaria da Segurança Pública. Não estou aqui discutindo a competência, ou não, estou dizendo que falta a esse secretário legitimidade de ação. Ele não está agindo a favor da Secretaria da Segurança Pública, mas contra os interesses da segurança pública da Bahia.

Muito obrigado, deputado Adolfo.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Eu incorporo, deputado Targino, as palavras de V. Ex^a e parablenzo todos os parlamentares que tiverem a coragem de dizer o que pensam e que tragam o debate da segurança pública para esta Casa. Este é o lugar apropriado. Nós fomos eleitos pela população baiana para sermos justamente a caixa de ressonância da sociedade, que grita, que berra, que pede socorro. E quem pode dar socorro aos baianos é a Assembleia Legislativa da Bahia. Nós podemos cobrar do governo investimentos na área da segurança pública. E o primeiro passo é termos um efetivo capaz de dar cobertura a este Estado. Não é razoável, e eu vejo aqui homens e mulheres que abandonaram seus empregos, dedicaram-se ao curso para virarem peritos, para virarem policiais, abriram mão de seus empregos, hoje estão desempregados, prontos para defenderem a Bahia, no entanto o Governo do Estado não faz as nomeações que deveriam ter sido feitas.

Deputado Carlos Geilson, deputado Targino Machado, deputado Fábio Souto, deputado Sandro Régis, nós da Oposição temos que ter esta grandeza, vamos trazer esse debate diariamente para esta Assembleia até que as nomeações aconteçam no Diário Oficial. Fazermos isso significa dizer que estamos honrando os nossos mandatos. Os nossos eleitores ficarão satisfeitos conosco, ficarão com a sensação de que não jogaram os seus votos na lata do lixo.

E olhem que o momento que a política vive hoje é o pior possível. Se fizermos uma pesquisa no Estado da Bahia, no Brasil inteiro, talvez a classe política esteja completamente arrasada. Vamos fazer diferente, vamos lutar para honrar os nossos eleitores. Cobrar do Governo do Estado investimento em segurança pública é justamente honrar o nosso mandato e a confiança das pessoas que nos elegeram para esta legislatura.

Ouçõ com prazer o meu amigo e deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu Líder do PSDB, deputado Adolfo Viana, eu recebi hoje uma informação em Feira de Santana que custo a acreditar, mas é de fonte da própria Polícia Militar: o Estado coloca por dia apenas 8 litros de gasolina/óleo para que essas viaturas rodem nas cidades. Para uma cidade da dimensão de Feira de Santana, com poucas viaturas de uma extensão territorial muito grande e uma população acima de 600 mil habitantes, isso é brincar de fazer segurança pública.

Eu prefiro não acreditar, eu diria que me recuso a acreditar, meu caro José Coriolano de Paiva Arimatéia. Apenas 8 litros de gasolina! Praticamente a viatura não sai da Companhia, vai ali na rua mais próxima e volta. Não tem como patrulhar uma cidade como Feira de Santana. Então a falência da segurança pública é uma coisa real, palpável, concreta. E o governo, acho, não enxerga, ou usa óculos de couro que todo mundo está vendo, que é a falida segurança pública.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço a coragem de V. Ex^a, parabenizo-o e incorporo seu aparte. Acho que a oposição desta Casa tem que cumprir o seu papel. Nós vamos cobrar aqui diariamente a nomeação dos policiais, dos peritos, porque esse é o primeiro passo para transformarmos em Estado num lugar seguro para se viver.

O deputado Zé Neto subiu à tribuna hoje, eu espero que ele venha mais vezes tratar desse assunto, porque nós da Oposição não vamos nos calar. Eu reitero aqui, mais uma vez, esse compromisso de que subirei quantas vezes for necessário nesta tribuna. Honrarei os votos que tive em 2014, cobrando do governador a nomeação imediata dos peritos da polícia civil e fazendo isso estamos dando uma contribuição enorme ao Estado da Bahia.

Através das nossas cobranças, o governador já nomeou 557 policiais civis. E não fez mais do que a sua obrigação, porque é isso que a população merece, um Estado seguro. E, eu, deputado Adolfo Viana, subirei aqui todas as vezes que tiver oportunidade. E serei, deputado Zé Neto, um disco arranhado, repetindo e batendo diariamente na mesma tecla. Os baianos querem, merecem e precisam de investimentos na segurança pública.

Muito obrigado pela atenção e parabenizo a todos os deputados que tiveram a coragem de se manifestar. Espero que os deputados da Base do Governo tenham essa grandeza, esqueçam que estão aqui na Base do Governo, e honrem os votos que tiveram nas eleições de 2014.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por acordo, vamos votar. Os dois líderes concordaram que colocássemos em votação já direto na Ordem do Dia. Vou derrubar esta sessão, por acordo dos líderes. E votar o projeto que está por acordo no segundo turno. Tem o da Conder, vamos retirar, mas como está em urgência, vou colocar direto o que está por acordo, só por acordo. Voto nesta sessão o primeiro turno, e o segundo turno na convocação extraordinária. Vou votar o projeto do semiárido nesta sessão, e o segundo turno eu voto na próxima, eu convoco.

O Sr. Sandro Régis:- Quando?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Imediatamente, convoco o segundo turno.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Em votação o Projeto de Lei nº 21.718/2015 de autoria do Poder Executivo que institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido e dá outras providências.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela Comissão de Constituição e Justiça, deputado Luciano Ribeiro, para relatar.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Deputados, é com muita honra que venho, como caatingueiro que sou, relatar este Projeto que Institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido.

(Lê) *“Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei nº 21.718/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual 'institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual Convivência com o Semiárido e dá outras providências.'"*

A proposição que ora venho relatar, de autoria do Poder Executivo, objetiva a instituição da Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido.

A medida tem por objetivo 'implementar e executar, no Estado da Bahia, uma política moderna e transversal voltada para o Semiárido baiano que trará significativos ganhos, voltados para a permanência digna e cidadã das populações locais, conforme registra o Sr. Governador em sua Mensagem, na qual ressalta ainda que a Política Estadual a ser implantada 'promoverá avanços no acesso à água e à terra, aplicação prioritária de recursos governamentais, integração e fortalecimento de políticas públicas afins, desenvolvimento de pesquisas, desenvolvimento econômico, valorização e resgate de saberes culturais.'

Em que pese o fato de caber a esta Comissão de Constituição e Justiça analisar nos projetos que lhe são submetidos tão-somente os aspectos relativos à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, não poderia este Relator deixar de reconhecer a importância desta proposição para o nosso Semiárido, tão carente de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e a modernização de suas forças produtivas e a melhoria das condições de vida da sua gente.

Muito me honra, portanto, relatar, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, um projeto que tenha objetivos de tal magnitude, e que venha efetivamente a contribuir para uma política de fixação do homem à sua terra, que é sem dúvida um dos maiores desejos do homem do campo e um dos principais desafios do Poder Público.

A proposição não recebeu emendas, e encontrando-se em conformidade às disposições constitucionais e legais e à boa técnica legislativa, opino pela sua aprovação na forma proposta pelo Poder Executivo.

É parecer, s.m.j

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2016.

Deputado Luciano Ribeiro. Relator.”

Este é o relatório, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça o projeto em foco. Em votação nas demais comissões. Em

votação, no âmbito da Comissão de Justiça. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Para relatar, no âmbito das comissões de mérito, a deputada Fátima Nunes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente deputado Marcelo Nilo, nosso Líder Zé Neto ao lado, é uma satisfação nesta tarde, com a presença dos deputados e deputadas, relatar ao lado do nosso deputado Luciano Ribeiro, que já fez a relatoria no âmbito da Constituição e Justiça, agradecer também pelo trabalho que desenvolveu junto a sua bancada para que hoje pudéssemos ter a unidade da decisão e colocar em votação o nosso projeto.

Antes de ler o relatório, eu quero saudar todos que estão presentes aqui, das instituições porque, na verdade, esse projeto foi construído com muitas mãos, com muitas ideias, com muitas cabeças pensantes ao lado do nosso Dr. Luis Henrique, da Casa Civil e hoje aqui, encaminhado pelo nosso governador Rui Costa, estamos aqui em votação.

Portanto, quero saudar a Associação Regional de Convivência com o Semiárido; a Cooperativa-COFASP; a Cáritas de Rui Barbosa; a Federação dos Trabalhadores da região do Sisal-Fatris; a Articulação do Semiárido-ASA; o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional-CONSEA; a rede de escolas famílias agrícolas-Refaisa; o Instituto de Pesquisa do Semiárido-IRPA; a Tesane, instituição que também trabalha no Semiárido do Nordeste e para nossa alegria, dizer que a nossa Bahia que está geograficamente localizada no Semiárido nordestino, com uma população numerosa e espalhada nos diversos povoados, cidades e áreas rurais, vivendo da agricultura familiar.

Essa terra que historicamente foi marcada por longas estiagens, que denominamos de seca, foi por muitas vezes pensada pelos sulistas como uma terra, apenas, de chão rachado; uma terra sem oportunidades e de muita dificuldade para sua população viver bem. Mas a verdade é que houve sempre aqueles que são ousados e ousadas, que pensam cada dia que é possível fazer e ser diferente.

Assim, todas essas instituições criaram o programa de um milhão de cisternas e hoje, já mais de um milhão estão construídas por aí afora. Criaram outros programas, também, como Recaatingá, como beneficiar o umbu, como beneficiar o caju, a castanha, o ouricuri e transformar esses recursos naturais em fontes de energia, em fontes de recursos para o beneficiamento das famílias e continuarem vivendo no sertão.

E mais recente, através das políticas públicas do governo federal, com a chegada do nosso ex-presidente Lula, do governo federal com a chegada do nosso governador Jaques Wagner, muitas outras ações se desenvolveram. E o que nos traz, hoje, a este projeto, é transformar essas ações numa política permanente e numa política de Estado.

Por isso, agora passo a relatar o projeto.

(Lê) *“Parecer das Comissões Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, Agricultura e Política Rural, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo*

e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.718/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual 'institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual Convivência com o Semiárido e dá outras providências.'

O projeto que ora venho relatar, de autoria do Poder Executivo, objetiva a instituição da Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual Convivência com o Semiárido.

A medida tem por objetivo 'implementar e executar, no Estado da Bahia, uma política moderna e transversal voltada para o Semiárido baiano que trará significativos ganhos, voltados para a permanência digna e cidadã das populações locais, conforme registra o Sr. Governador em sua Mensagem, na qual ressalta ainda que a Política Estadual a ser implantada 'promoverá avanços no acesso à água e à terra, aplicação prioritária de recursos governamentais, integração e fortalecimento de políticas públicas afins, desenvolvimento de pesquisas, desenvolvimento econômico, valorização e resgate de saberes culturais'.

A Política ora proposta, ainda segundo a Mensagem Governamental, 'resulta de várias etapas de escutas e debates com segmentos sociais e conta com contribuições de diversos segmentos organizados da sociedade civil, entidades de classe, sindicatos e organizações não-governamentais, ratificando, portanto, objetivos estratégicos voltados para aprofundar os avanços alcançados nos últimos anos pelo Estado.'

Trata-se, assim, de uma proposição de grande relevância para o nosso Semiárido, cuja gente é sempre lembrada – e festejada – pela célebre frase do grande escritor Euclides da Cunha, dando conta de que 'o sertanejo é antes de tudo um forte'.

A melhoria das condições de produção para a população do nosso Semiárido, trazendo como consequência o desenvolvimento econômico e social, bem como a fixação do homem do campo à sua terra, é o que propõe o Governo do Estado com o projeto que ora tenho a honra e a satisfação de relatar, constituindo-se numa salutar medida que sem dúvida em muito contribuirá para a elevação dos padrões de vida da nossa gente.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, aliado ao fato da enorme importância quanto ao mérito pela sua aprovação na forma proposta pelo Poder Executivo.

É parecer, s.m.j

Sala das Sessões, 23 de agosto de 2016.

Deputada Fátima Nunes. Relatora.”

Sei da satisfação de todos os Srs. Deputados Estaduais desta Casa, principalmente daqueles que moram, trabalham, convivem na Caatinga do nosso sertão baiano.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação nas Comissões de Méritos. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

O Sr. Hildécio Meireles:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Hildécio Meireles:- Sr. Presidente, semana passada solicitei a V.Ex^a que cobrasse mais uma vez ao gabinete do governador do Estado da Bahia os projetos de lei que foram aprovados por esta Casa, desde dezembro do ano passado, e até hoje não tivemos notícia. Aproveito a oportunidade em que o Líder do Governo está ao lado de V.Ex^a para fazer essa cobrança. Bem como das senhas do sistema Mirante, que o TCE disponibilizou para esta Casa e até hoje não tivemos acesso.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, com relação ao primeiro assunto, naquele dia em que V.Ex^a me falou, conversei com S.Ex^a, o governador Rui Costa, e ele me prometeu que dentro de 8 dias enviaria os projetos para esta Casa. Salvo engano, completará 8 dias na quarta-feira e amanhã pode ter certeza que serão devolvidos.

Com relação ao segundo, vou me inteirar como está a situação, porque já determinamos ao TCE que passasse uma senha para a Oposição e outra para o Governo. Vou procurar saber por que não foi feito até agora. Agradeço a compreensão de V.Ex^a

O Sr. Adolfo Viana:- Para encaminhar, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar a votação o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, não usarei os 5 minutos. Só quero parabenizar a deputada Fátima Nunes, essa sertaneja de luta, que apresenta a esta Casa um bom projeto parlamentar. Tenho certeza de que ele será votado pela unanimidade dos deputados.

Parabéns a V.Ex^a, deputada Fátima Nunes, pelo belíssimo projeto que apresentou no dia de hoje.

Também, mais uma vez, quero chamar a atenção desta Casa, rapidamente, para o problema dos peritos. Se nomearmos os peritos criminais que estão nas vagas do concurso de 2014, voltaremos a ter o efetivo de 2005. Imaginem V.Ex^{as} que se nomearmos, hoje, os aprovados no concurso, voltaremos a ter uma quantidade, deputado Aderbal, do ano de 2005. A Bahia não pode aceitar esses números, esses números são incompatíveis com um Estado que prese pela segurança pública. E, por esse mesmo motivo, voltaremos aqui várias vezes até a nomeação e a convocação para aqueles que ainda não fizeram a Academia de Polícia. Porque se nomearmos apenas os que já fizeram a Academia de Polícia não atenderemos a Bahia ainda. Precisamos convocar os demais para fazer Acadepol para que o Estado da Bahia possa tornar-se um Estado seguro.

Parabéns, deputada Fátima Nunes, mais uma vez pelo belíssimo projeto.
(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o projeto de lei 21. 718/2015 de autoria do Poder Executivo que institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido e dá outras providências. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, em primeiro turno, permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 21.718/2016

Institui a Política Estadual de Convivência com o Semiárido e o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituída a Política Estadual de Convivência com o Semiárido, que observará princípios, objetivos, diretrizes, mecanismos de financiamento, de gestão, de monitoramento e de avaliação, constantes desta Lei.

Art. 2º - A Política Estadual de Convivência com o Semiárido, como componente estratégico do desenvolvimento sustentável do Estado da Bahia, é um instrumento de gestão e planejamento intersetorial e transversal de políticas e programas governamentais e ações da sociedade civil.

Parágrafo único - O Território de Identidade é a unidade territorial para implementação da Política Estadual de Convivência com o Semiárido.

Art. 3º - Para os fins previstos desta Lei, considera-se:

I - convivência com o semiárido: perspectiva orientadora da promoção do desenvolvimento sustentável do semiárido, cuja finalidade é a melhoria das condições de vida e a promoção da cidadania no campo e na cidade, por meio de iniciativas educacionais, sociais, econômicas, culturais, ambientais e tecnológicas, contextualizadas e adequadas à vida na região;

II - universalização do acesso à água: a garantia de que todos, sem distinção de condição social ou renda, possam acessar a água em qualidade e em quantidade adequadas, observado o gradualismo planejado da eficácia das soluções, sem prejuízo da adequação às características locais, da saúde pública e de outros interesses coletivos;

III - usos múltiplos dos recursos hídricos: princípio da Política Estadual de Recursos Hídricos em que se colocam todas as categorias de uso da água em igualdade de condições no que se refere ao acesso aos recursos hídricos, assegurando a todos o direito de uso;

IV - eventos hidrológicos críticos: extremos de enchentes e secas, de origens naturais ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais;

V - longa estiagem: evento climático cuja duração estende a situação de escassez de água, expondo a risco pessoas, animais, vegetação e produção agropecuária;

VI - evento climático extremo: eventos de grande impacto gerados por mudança do clima, determinantes de calamidade pública;

VII - desenvolvimento sustentável: desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações;

VIII - recaatingamento: é o processo de recomposição da caatinga por meio de espécies nativas;

IX - serviços ambientais: ações ou atividades humanas de natureza voluntária que resultem na manutenção, preservação, conservação, restauração, recuperação, uso sustentável ou melhoria dos ecossistemas e dos serviços ecossistêmicos que estes fornecem;

X - agroecologia: disciplina que fornece os princípios ecológicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis;

XI - empreendimentos econômicos solidários: compreende as organizações coletivas, suprafamiliares, cujos participantes ou sócios são trabalhadores do campo e das cidades, que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;

XII - alimentação adequada e saudável: realização de um direito humano básico, com a garantia do acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos, sociais e culturais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, pautada no referencial tradicional local;

XIII - participação e controle social: participação efetiva da sociedade civil e suas organizações, através de um conjunto de mecanismos e procedimentos, na formulação, execução, acompanhamento, monitoramento e controle dos programas e políticas públicas;

XIV - tecnologia social: conjunto de tecnologias, técnicas, métodos, práticas, processos e produtos construídos, desenvolvidos e aplicados na interação com a população e apropriados por ela, que representa soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida;

XV - educação contextualizada: considera que todo saber é singular, associado ao território onde ocorre, além de estar relacionado à sociedade mais abrangente, formando uma rede de referências histórico-espaciais;

XVI - educação integral: práticas educativas que contemplam as múltiplas dimensões do desenvolvimento humano, tendo a escola como espaço catalisador do processo de aprendizagem;

XVII - território de identidade: agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial;

XVIII - produção associada ao turismo: qualquer produção artesanal, industrial ou agropecuária que detenha atributos naturais ou culturais de uma determinada localidade ou região, capazes de agregar valor ao produto turístico.

CAPÍTULO II

DA POLÍTICA ESTADUAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Seção I

Dos Princípios

Art. 4º - São princípios da Política Estadual de Convivência com o Semiárido:

I - garantia da permanência sustentável, digna e cidadã das populações em seus territórios;

II - garantia do acesso e permanência na terra;

III - universalização do acesso à água;

IV - garantia dos usos múltiplos dos recursos hídricos de forma racional;

V - conservação e preservação da biodiversidade e uso sustentável dos recursos naturais;

VI - universalidade e equidade no acesso às políticas públicas que promovam a convivência com o semiárido;

VII - intersetorialidade e transversalidade das políticas públicas;

VIII - transparência e descentralização;

IX - participação e controle social;

X - valorização, respeito e proteção às diversidades social, cultural, ambiental, econômica, étnico-racial, geracional e de gênero;

XI - direito à educação pública, gratuita, integral, de qualidade, contextualizada ao semiárido;

XII - direito à saúde como suporte à qualidade de vida;

XIII - economia solidária;

XIV - agricultura sustentável e agroecológica;

XV - produção associada ao turismo.

Seção II

Dos Objetivos

Art. 5º - São objetivos da Política Estadual de Convivência com o Semiárido:

I - assegurar o desenvolvimento das populações do semiárido, considerando e integrando os aspectos social, cultural, ambiental, econômico, étnico-racial, geracional e de gênero;

II - fortalecer e promover a autonomia da população do semiárido através da inclusão socioproductiva e geração de emprego e renda;

III - articular, de forma integrada e transversal, o planejamento, a gestão e o monitoramento de planos, programas, projetos e ações governamentais para a promoção da convivência com o semiárido;

IV - assegurar a participação efetiva da sociedade civil na concepção, na gestão e no controle social das políticas públicas para a convivência com o semiárido;

V - garantir o acesso à terra e à permanência das populações do semiárido em seus territórios, de forma adequada às especificidades social, cultural, ambiental e econômica do semiárido;

VI - universalizar o acesso à água para o consumo humano, dessedentação animal e uso produtivo, com tecnologias apropriadas ao semiárido, garantindo a segurança hídrica;

VII - mitigar os efeitos da seca e das mudanças climáticas através da adoção de práticas de prevenção e adaptação;

VIII - estimular a conservação dos recursos hídricos, do solo, da biodiversidade, do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado, visando ao desenvolvimento sustentável;

IX - propiciar novos processos e planejamento agrário e agropecuário que compatibilizem o uso da água, uso e ocupação da terra com o regime pluviométrico regional, as condições de solo e a biodiversidade, buscando a convivência integrada e harmônica do ser humano com o ambiente;

X - promover a soberania e segurança alimentar e nutricional, garantindo o direito humano à alimentação adequada e saudável;

XI - promover o acesso ao Sistema Único de Saúde, oferecendo cuidado integral e resolutivo em todos os níveis de atenção;

XII - preservar e promover as culturas e identidades culturais dos sertões e estimular o desenvolvimento de culturas sintonizadas com a sustentabilidade e a convivência com o semiárido;

XIII - proteger, preservar e efetivar os direitos sobre os conhecimentos, práticas, sistemas produtivos próprios e de usos comuns e tradicionais;

XIV - estimular a integração campo-cidade, respeitando as suas especificidades e diversidades;

XV - estimular o planejamento das cidades de forma adequada às especificidades social, cultural, ambiental e econômica no semiárido;

XVI - estimular, desenvolver e promover a produção associada ao turismo por meio da integração da produção econômica e cultural do semiárido ao turismo;

XVII - estimular a geração de energia eólica, solar e por meio de biomassa no semiárido baiano.

Seção III

Das Diretrizes

Art. 6º - São diretrizes da Política Estadual de Convivência com o Semiárido:

I - promoção do acesso à terra, de forma adequada às especificidades social, cultural, ambiental e econômica do semiárido, por meio da aquisição de novas glebas de terra, apoio à reforma agrária e regularização fundiária das terras públicas estaduais, rurais e devolutas, incluindo aquelas tradicionalmente ocupadas pelos povos e comunidades tradicionais;

II - promoção do acesso à água para consumo humano, dessedentação animal e uso produtivo da agricultura familiar;

III - gestão, conservação, uso sustentável e recuperação dos recursos naturais dos biomas, ecossistemas e bacias hidrográficas que integram o semiárido, promovendo o recaatingamento, bem como, promoção do combate à desertificação e estímulo à criação de Unidades de Conservação, prioritariamente no bioma Caatinga, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Zoneamento Ecológico Econômico Estadual - ZEE;

IV - incentivo ao uso do Pagamento por Serviços Ambientais - PSA, potencializando os seus efeitos quanto à geração de renda, valorização da sociobiodiversidade e preservação ambiental;

V - promoção de instrumentos e mecanismos integrados voltados para o monitoramento do clima, solo e hidrologia para previsão e mitigação dos efeitos de eventos hidrológicos críticos e gestão de crises, com difusão das suas informações;

VI - articulação de ações, programas e projetos transversais para estruturação e organização de sistemas produtivos e de comercialização, priorizando os de base agroecológica, agricultura familiar, da economia solidária, da economia criativa e da produção associada ao turismo, por meio de assistência técnica e extensão, do armazenamento, abastecimento, beneficiamento, agroindustrialização, distribuição, circulação e comercialização de produtos e serviços oriundos da produção no semiárido;

VII - fortalecimento e ampliação das redes de assistência técnica nos diversos sistemas de produção no campo e na cidade;

VIII - incentivo econômico e fiscal para o fortalecimento e autonomia de empreendimentos econômicos solidários e da agricultura familiar, notadamente agroecológicos, das mulheres, dos jovens e de povos e comunidades tradicionais do semiárido;

IX - criação e incremento de linhas de financiamento e ações de apoio para implantação, estruturação e funcionamento de cooperativas, associações e

empreendimentos econômicos solidários, de atividades agrícolas e não agrícolas, industriais e de serviços;

X - valorização da agrobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos animais e vegetais, especialmente àquelas que envolvam o manejo de raças e variedades locais e tradicionais;

XI - promoção de segurança alimentar dos rebanhos, prioritariamente, pertencentes à agricultura familiar;

XII - promoção da autonomia, da inclusão socioproductiva e da participação da mulher e do jovem nos espaços de poder de decisão e controle social de políticas públicas;

XIII - promoção de programas e ações voltadas para o incremento e fortalecimento da infraestrutura e habitação nas áreas urbanas e rurais dos municípios do semiárido, de forma adequada às especificidades social, cultural e ambiental;

XIV - implantação de infraestrutura, conferindo prioridade ao armazenamento, ao sistema intermodal de transporte e ao escoamento da produção;

XV - valorização da diversidade cultural através da preservação e promoção das culturas populares e identitárias, do patrimônio material e imaterial e das práticas culturais e manifestações artísticas do semiárido;

XVI - promoção da educação integral e contextualizada para a convivência com o semiárido em todos os processos e espaços educacionais do campo e da cidade;

XVII - estímulo e priorização da elevação da escolaridade no semiárido;

XVIII - inserção da educação ambiental nos planos, programas e projetos vinculados à convivência no semiárido;

XIX - fomento ao desenvolvimento e disseminação de pesquisas, conhecimentos, tecnologias, práticas e inovações contextualizadas para a convivência com o semiárido;

XX - estabelecimento de uma rede de atenção integral à saúde, promovendo suficiência regional, considerando as peculiaridades do semiárido, tendo a atenção básica como ordenadora da rede e coordenadora do cuidado;

XXI - estímulo, desenvolvimento e promoção à produção associada ao turismo por meio da integração da produção econômica e cultural do semiárido ao turismo;

XXII - fomento à implantação de empreendimentos de geração de energia no semiárido por meio de fontes renováveis alternativas.

CAPÍTULO III

DO SISTEMA ESTADUAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Art. 7º - Fica instituído o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido, composto por instituições públicas, entidades privadas sem fins lucrativos e outras organizações da sociedade, com o objetivo de integrar seus esforços, bem como formular, implantar e monitorar a Política Estadual de Convivência com o Semiárido, com seus programas, projetos e ações.

Art. 8º - O Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido é composto pelas seguintes instâncias:

I - Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido;

II - Comitê Governamental de Convivência com o Semiárido.

Seção I

Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido

Art. 9º - Fica criado o Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido, com funções propositiva, consultiva e de acompanhamento da Política Estadual de Convivência com o Semiárido, vinculado à Casa Civil.

Art. 10 - O Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido será integrado por representantes:

I - de colegiados estaduais relacionados à temática de convivência com o semiárido;

II - do Comitê Governamental de Convivência do Semiárido;

III - dos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs;

IV - de entidades privadas sem fins lucrativos, de instituições de ensino e pesquisa e de outras organizações da sociedade civil com atuação reconhecida no semiárido.

§ 1º - O presidente do Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido será eleito pelos seus membros, conforme definido em Regulamento.

§ 2º - A Casa Civil exercerá as funções de Secretaria Executiva e alocará recursos orçamentários necessários ao seu funcionamento, por meio de dotação própria, além de disponibilizar apoio técnico-administrativo.

§ 3º - Os representantes do Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido serão escolhidos a partir de critérios previstos em Regulamento, devendo ser paritária a sua composição.

§ 4º - Caberá aos Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável - CODETERs, situados na região do semiárido, e em regime de colaboração, a responsabilidade pela articulação entre o Poder Público e a Sociedade Civil nos programas de convivência com o semiárido, conforme a abrangência de sua atuação institucional, e em consonância com a Política Estadual de Desenvolvimento Territorial.

§ 5º - Poderão participar como convidados das reuniões do Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido, nos termos do Regulamento, o Poder Público federal, estadual, municipal, sociedade civil e de outras entidades.

Art. 11 - Compete ao Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido:

I - estabelecer interação e diálogo permanentes com os colegiados que o compõem e seus demais representantes, com o objetivo de ampliar a articulação e

garantir a transversalidade;

II - promover a articulação entre as instituições que compõem o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido;

III - contribuir para definição das prioridades do Plano Estadual de Convivência com o Semiárido e suas revisões, considerando as proposições das conferências estaduais setoriais que tratem das questões relativas ao Semiárido;

IV - acompanhar e avaliar a execução da Política Estadual de Convivência com o Semiárido e do Plano Estadual de Convivência com o Semiárido, formulando recomendações para aprimorar sua intersectorialidade e transversalidade;

V - receber as recomendações e demandas provenientes dos entes que o compõe e dos demais entes do Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido;

VI - elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

VII - criar e extinguir câmaras técnicas;

VIII - exercer outras atividades correlatas.

Art. 12 - Os membros do Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido não farão jus a qualquer remuneração, sendo suas funções consideradas de relevante interesse público.

Art. 13 - O funcionamento, a representação dos membros do Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido, dentre outras definições, serão estabelecidas em Regulamento, bem como no seu Regimento Interno.

Art. 14 - As reuniões ordinárias do Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido deverão ocorrer, prioritariamente, em Municípios do Semiárido, observando-se a alternância entre os mesmos.

Seção II

Do Comitê Governamental de Convivência com o Semiárido

Art. 15 - O Comitê Governamental de Convivência com o Semiárido, no âmbito do Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido, tem a finalidade de promover a articulação e a integração dos órgãos da Administração Pública, direta e indireta, vinculadas à convivência com o semiárido, com as seguintes competências:

I - coordenar, monitorar e avaliar a execução da Política Estadual de Convivência com o Semiárido;

II - elaborar proposta do Plano Estadual de Convivência com o Semiárido, considerando as recomendações e demandas provenientes das instâncias que compõem o Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido e conferências estaduais setoriais que tratem das questões relativas à região e submetê-lo à aprovação do Governador;

III - analisar as demandas e recomendações recebidas dos entes do Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido;

IV - elaborar e encaminhar proposições para inclusão no Plano Plurianual -

PPA;

V - promover a articulação, integração e complementaridade dos programas, projetos e ações voltadas para a convivência com o semiárido;

VI - orientar e apoiar a elaboração ou qualificação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável para que estes incluam ações de convivência com o semiárido;

VII - promover a articulação das ações entre os entes federados;

VIII - consolidar e divulgar informações relativas à execução da Política Estadual de Convivência com o Semiárido.

Art. 16 - O Comitê Governamental de Convivência com o Semiárido será integrado pelos Secretários de Estado e Dirigentes Máximos dos órgãos da Administração Pública, direta e indireta, das áreas vinculadas à Política Estadual de Convivência com o Semiárido, ou por estes indicados.

Parágrafo único - O Secretário da Casa Civil presidirá o Comitê Governamental de Convivência com o Semiárido.

Art. 17 - Os órgãos da Administração Pública direta e indireta, com atuação no semiárido, na qualidade de executores da Política Estadual de Convivência com o Semiárido, seguirão as orientações e recomendações formuladas pelo Comitê Governamental de Convivência com o Semiárido.

CAPÍTULO IV DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Art. 18 - A implantação da Política Estadual de Convivência com o Semiárido terá como instrumentos de planejamento e gestão:

I - o Plano Estadual de Convivência com o Semiárido;

II - o Sistema de Informações, Monitoramento e Avaliação.

Parágrafo único - O Plano Plurianual - PPA deverá incorporar os princípios, diretrizes e objetivos previstos nesta Lei e no Plano Estadual de Convivência com o Semiárido.

Art. 19 - O Plano Estadual de Convivência com o Semiárido deverá:

I - conter análise da situação social, ambiental, econômica e institucional da região;

II - ser decenal, orientando e compatibilizando suas diretrizes, programas e ações ao Plano Plurianual - PPA;

III - identificar, consolidar e integrar os programas e ações destinados ao semiárido no Plano Plurianual - PPA em consonância com as diretrizes designadas no art. 6º desta Lei e indicar as prioridades, metas e requisitos para a sua execução;

IV - observar e compatibilizar as estratégias e ações previstas em planos e políticas públicas dos governos federal, estadual e municipais;

V - considerar estratégias territoriais, intersetoriais e visões articuladas das

demandas das populações, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial, geracional e de gênero.

§ 1º - O Plano Estadual de Convivência com o Semiárido será revisado com base no Plano Plurianual - PPA vigente e nas orientações e propostas do Fórum Estadual de Convivência com o Semiárido, do Comitê Governamental de Convivência com o Semiárido e das conferências estaduais setoriais que tratem das questões relativas ao Semiárido.

§ 2º - As revisões do Plano Estadual de Convivência com o Semiárido serão coordenadas pelo Comitê Governamental de Convivência com o Semiárido.

Art. 20 - O Sistema de Informações, Monitoramento e Avaliação terá como objetivo subsidiar o planejamento e a gestão das ações de convivência com o semiárido, sendo constituído por:

I - cadastro unificado de todos os beneficiários da Política Estadual de Convivência com o Semiárido;

II - conjunto de dados socioeconômicos, culturais e ambientais e informações georreferenciadas com função de registrar, articular, organizar, armazenar, processar e atualizar informações referentes ao semiárido;

III - mecanismos e procedimentos para monitoramento e avaliação sistemática da eficiência, eficácia e efetividade das ações planejadas no que tange à convivência com o semiárido.

§ 1º - O Sistema de Informações, Monitoramento e Avaliação deverá estar integrado aos sistemas corporativos do Estado, especialmente à infraestrutura de dados espaciais e ao Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia, de modo a importar os dados necessários à sua operação.

§ 2º - O Sistema de Informações, Monitoramento e Avaliação será gerido pela Secretaria do Planejamento - SEPLAN, com a colaboração do Comitê Governamental de Convivência com o Semiárido.

Art. 21 - As instâncias de governanças do Sistema Estadual de Convivência com o Semiárido terão acesso às informações relacionadas à Política Estadual de Convivência com o Semiárido.

Art. 22 - O Poder Executivo apoiará a instalação do Observatório do Semiárido como instrumento de construção e disseminação de conhecimento, participação e controle social, acompanhamento e análise das ações da Política Estadual de Convivência com o Semiárido.

CAPÍTULO V

DOS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO E INCENTIVO

Art. 23 - As ações de convivência com o semiárido deverão integrar programas do anexo de prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e serão financiadas com recursos do orçamento do Estado, alocados diretamente nos planos de trabalho dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Art. 24 - A aplicação dos recursos financeiros de orçamento próprio e outros, tais como: transferências diretas de fundos federais e estaduais, contratos, convênios, deverão priorizar a região do semiárido, considerando a sua proporcionalidade territorial, populacional e os índices socioeconômicos.

Art. 25 - Para a ampliação das ações de convivência com o semiárido, o poder público poderá ainda valer-se de equalização de taxas de juros de financiamentos, renúncias fiscais e isenção de impostos.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26 - São ações de convivência com o semiárido aquelas abrigadas em programas e ações previstos no Plano Plurianual - PPA, contínuas, tais como universalização do acesso à água para consumo humano, dessedentação animal e uso produtivo da agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural, inclusão produtiva e combate à pobreza, aquisição e distribuição de sementes e insumos necessários para produção, matrizes e mudas.

Art. 27 - O Plano Estadual de Convivência com o Semiárido terá como referência o Plano Plurianual - PPA e os planos setoriais.

Art. 28 - Para fins de liberação dos imóveis destinados à implantação de infraestrutura hídrica, necessárias à convivência com o semiárido, serão inicialmente aceitos Decretos de utilidade pública para fins de constituição de servidão ou desapropriação e concessão de imissão na posse pelos respectivos proprietários ou posseiros de forma irretratável.

Parágrafo único - A apresentação da documentação referida no *caput* deste artigo não dispensa a regularização fundiária do respectivo imóvel nos termos da legislação vigente.

Art. 29 - Ficam inseridos o inciso III e o parágrafo único ao art. 3º da Lei 3.442, de 12 de dezembro de 1975, com as seguintes redações:

“**Art. 3º**-

.....
III - de áreas não contínuas, mas próximas, cuja soma não ultrapasse cem hectares, ao ocupante de terras devolutas, que as tenha tornado produtivas com seu trabalho e o de seu conjunto familiar, desde que comprove posse mansa e pacífica, morada ou cultura efetivas, por mais de cinco anos, e capacidade para desenvolver a área ocupada.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso I, admitir-se-á a alienação gratuita ao agricultor familiar que for proprietário de imóvel rural de origem privada, desde que se enquadre esta propriedade anterior no conceito de pequena propriedade, seja ela contínua ou próxima à área pública pretendida, e somadas as áreas, não se ultrapasse o

limite de cem hectares.

Art. 30 - Os Municípios, consórcios públicos e entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, poderão celebrar parcerias com o Estado, a fim de realizarem ações complementares aos processos de regularização fundiária em terras públicas estaduais, rurais e devolutas ocupadas por agricultores familiares no semiárido.

Art. 31 - Para fins de manejo de Reserva Legal em áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais, reconhecidos por ato da União ou do Estado, o órgão ambiental estadual deverá estabelecer procedimentos simplificados de elaboração, análise e aprovação dos planos de manejo.

Art. 32 - Os empreendimentos e as atividades que se configurem como necessários para a mitigação dos efeitos ambientais, sociais e econômicos de situação de emergência ou estado de calamidade pública, longa estiagem e eventos climáticos extremos decorrentes de seca ou estiagem seguirão procedimento específico de licenciamento ambiental simplificado, nos termos do art. 18 e inciso I do art. 46 da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006.

Parágrafo único - O procedimento simplificado não se aplica a áreas de preservação permanente, unidades de conservação de proteção integral e suas áreas de amortecimento, bem como aos empreendimentos e atividades considerados efetivamente ou potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente, na forma do art. 38 da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006.

Art. 33 - A Administração promoverá seleção pública de entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, para execução de ações, projetos ou programas da Política Estadual de Convivência com o Semiárido, com observância das exigências do art. 170 e seguintes da Lei nº 9.433, de 01 de março de 2005, podendo-se prever no edital:

I - permissão de remuneração da equipe técnica dimensionada no plano de trabalho para execução do projeto, contemplando-se despesas com pagamento de tributos, FGTS, férias, décimo terceiro, verbas rescisórias e demais encargos sociais, desde que tais valores correspondam às atividades previstas no plano de trabalho, à qualificação técnica para execução da função a ser desempenhada e ao tempo de trabalho efetivamente dedicado ao convênio;

II - possibilidade de pagamento de despesas administrativas, a exemplo de água, energia elétrica, telefone, *internet*, limpeza, materiais de escritório, desde que não ultrapassem 20% (vinte por cento) do valor do convênio e que sejam necessárias e proporcionais ao cumprimento do seu objeto.

§ 1º - As entidades privadas com fins lucrativos não poderão incluir, no plano de trabalho, as despesas indicadas neste artigo.

§ 2º - A inadimplência da entidade, com ou sem fins lucrativos, em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não se transfere para a responsabilidade do Poder Público, nem poderá onerar o valor do convênio.

Art. 34 - Consideram-se, para os fins a que se dispõe essa Lei, municípios e territórios integrantes do semiárido os constantes do Regulamento desta Lei, definidos com base nos critérios técnicos estabelecidos pela União Federal, através do

Ministério da Integração Nacional.

Art. 35 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 36 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de encerrar a sessão, convoco uma sessão extraordinária a realizar-se um minuto após o encerramento desta para votarmos em segundo turno o projeto de lei 21.718/2015.

Está encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.